



Mobilidade espacial e arranjos domiciliares: uma tipologia para pensar processos de redistribuição populacional na Amazônia Central

*Spatial mobility and household arrangements: a typology
to reflect on processes of population redistribution in
Central Amazonia*

*Movilidad espacial de la población y arreglos domésticos:
una tipología para pensar procesos de redistribución
poblacional en la Amazonia Central.*

Heloísa Corrêa Pereira

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
heloisa.pereira@mamiraua.org.br

Álvaro de Oliveira D'Antona

Universidade Estadual de Campinas
adantona@unicamp.br

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
anaclaudeise@unifesspa.edu.br

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar e tipificar os arranjos espaciais associados a mobilidade e distribuição espacial da população na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, no estado do Amazonas. Foram usados dados qualitativos e quantitativos provenientes do Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, levando em conta características e composição de unidades domésticas, segundo dados obtidos para 127 localidades e 954 residências. As análises nos levam a quatro arranjos domiciliares distintos associados à mobilidade espacial de indivíduos e de famílias: movimentos 1) permanentes (migração); 2) semipermanentes, sem mudança definitiva de endereço; 3) sazonais, relacionados aos processos produtivos, sazonalidade ambiental e busca por serviços no urbano e 4) entre membros de domicílios multilocalizados (dupla residência). Os resultados demonstram a importância do

estudo das mobilidades analisadas para além do conceito de migração, aproximando as reflexões sobre populações em áreas protegidas ao debate mais geral sobre redistribuição da população e urbanização da Amazônia.

Palavras-chave: Mobilidade populacional. Unidades de Conservação. Amazônia brasileira.

Abstract: The present study aims to analyze and classify the spatial arrangements associated with the mobility and spatial distribution of the population in the Amanã Sustainable Development Reserve, in the state of Amazonas. For qualitative and quantitative data, we used the Demographic and Economic Monitoring System of Mamirauá Sustainable Development Institute. It considered the characteristics and composition of domestic units, according to data obtained for 127 localities and 954 households. The analyses lead us to four distinct household arrangements associated with the spatial mobility of individuals and families: 1) continuous movements (migration); 2) semi-continuous movements, with no definitive change of address; 3) seasonal movements, related to production processes, environmental seasonality and search for urban services; and 4) movements between members of multi-location households (dual residence). The results showed the importance of studying the analyzed mobility beyond the concept of migration, bringing reflections on protected area population closer to the more general debate on population redistribution and urbanization in the Amazon.

Keywords: Population mobility. Protected areas. Brazilian Amazon.

Resumen: El presente estudio tiene por objetivo analizar y tipificar los arreglos espaciales asociados a la movilidad y distribución espacial de la población en la Reserva de Desarrollo Sostenible Amanã, en el estado de Amazonas. Se utilizaron datos cualitativos y cuantitativos del Sistema de Monitoreo Demográfico y Económico del Instituto de Desarrollo Sostenible de Mamirauá, teniendo en cuenta las características y la composición de las unidades domésticas, según los datos obtenidos para 127 localidades y 954 hogares. Los análisis nos llevan a cuatro arreglos domésticos distintos: los de carácter 1) permanente, referidos a las migraciones individuales y familiares; 2) semipermanente, sin

cambio definitivo de domicilio; 3) estacional, relacionados con los procesos productivos, la estacionalidad ambiental y la búsqueda de servicios urbanos; y 4) hogares multilocalizados, referidos a la doble residencia. Los resultados demuestran la importancia de estudiar la movilidad analizada más allá del concepto de migración, aproximando las reflexiones sobre las poblaciones en áreas protegidas a la discusión más general sobre la redistribución de la población y la urbanización en la Amazonia.

Palabras clave: Movilidad de la población. Áreas protegidas. Amazonía brasileña.

Introdução

O estudo da migração requer a identificação e a análise de movimentos espaciais por vezes de difícil mensuração. Ainda que se entenda que o objeto central das medidas dos movimentos migratórios se restrinja à “mudança de residência de uma unidade espacial administrativa para outra, feita durante um determinado intervalo de migração” (WUNSCH; TERMOTE, 1978 p.196;), nem sempre há disponibilidade de dados para mensurar as diferentes possibilidades de manifestação desse fenômeno (CARVALHO; RIGOTTI, 1998; GALINDO; CUNHA, 2022). Tal se dá no contexto amazônico, dificultando a percepção de dinâmicas essenciais para o entendimento dos processos de ocupação e de transformação da cobertura florestal e ocupação do território. Por exemplo, quando um Censo Demográfico não registra uma mudança de local de residência rural para um endereço urbano em um mesmo município, fica prejudicado o estudo do êxodo rural na região.

Ademais, atrelar a definição de migração à mudança de endereço não permite capturar a diversidade de arranjos associados a dinâmica espacial das populações (NASCIMENTO; PEREIRA; ZANATTO, 2021). Já a noção de mobilidade espacial da população se define de forma mais abrangente, incluindo tanto a mudança do local de residência (migração) quanto o deslocamento entre o local de residência e algum outro ponto no espaço (CUNHA, 2012). O termo mobilidade espacial da população, portanto, melhor propicia entender as relações entre população e ambiente, as relações socioespaciais e suas implicações para a dinâmica demográfica.

A bibliografia sobre a Amazônia reúne fartas evidências da centralidade de arranjos espaciais domiciliares e de mobilidades espaciais de indivíduos ou de grupos familiares nessa floresta urbanizada (BECKER, 2005), os quais levam a proposições como a de “famílias multi-instaladas” (PADOCH et al., 2008; PINEDO-VASQUEZ, 2008) para apoiar o estudo das mudanças de uso-cobertura da terra e para refletir a respeito do processo de urbanização que levou ao que alguns autores identificam como urbanização extensiva (MONTE-MOR, 2006). A mobilidade assim percebida não implica necessariamente em mudança de endereço, no sentido convencional da migração, mas em arranjos familiares que re-

querem, por exemplo, deslocamentos recorrentes entre sítios rurais e sítios urbanos, muitas vezes para o acesso a bens e serviços existentes somente nas cidades.

A Amazônia passa por constantes processos de urbanização e mudanças na distribuição populacional, associados a diferentes aspectos, dentre os quais se destacam: mudança na paisagem, redistribuição da população, e pressão sobre os recursos naturais (ALVES; D'ANTONA, 2020; RIGOTTI et al, 2022). Tais mudanças evidenciam a interdependência entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais na região, a qual requer a adoção de abordagens integradas para melhor entender o fenômeno e para lidar com os desafios decorrentes dos processos supracitados. Para além do que se define por migração, as informações sobre os padrões de mobilidade de populações locais podem orientar ações governamentais de saúde pública, educação e infraestrutura que visem garantir as condições de vida em comunidades rurais, dentro e fora de áreas protegidas, o que é crucial do ponto de vista social e ambiental (D'ANTONA, 2023; ALVES et al., 2023).

Este estudo objetiva analisar e tipificar os diferentes arranjos espaciais associados com a mobilidade espacial da população residente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS Amanã), uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, localizada na Amazônia central. Parte-se do pressuposto de que, ao cumprir o seu papel efetivo na conservação ecológica florestal, as UCs têm sido parte de uma diversidade de movimentos espaciais das populações residentes. Tais movimentos não implicam necessariamente em migração – mudança de endereço e trânsito entre entes administrativos –, mas sim no estabelecimento de redes de conexão entre as áreas rurais e os centros urbanos, reforçando as relações sociais que integram as UCs a contextos mais amplos.

Estudos têm abordado a importância de pensar as relações entre população e ambiente a partir do papel das UCs na dinâmica demográfica (BAMFORD et al., 2014; BUENO; DAGNINO, 2011; D'ANTONA et al., 2013; PEREIRA, 2017). Unidades de Conservação são contextos pertinentes para estudos de caso. Naqueles tipos de unidades, em que a

legislação impede a presença de residentes (BRASIL, 2000), vê-se o imperativo da imigração. Naqueles tipos em que a presença de residentes é permitida ou desejável, a garantia ao uso da terra é um estímulo para a permanência (a não-migração).

No quadro da ocupação e da urbanização da região Norte do Brasil, torna-se importante conhecer quais variáveis norteiam a dinâmica e a mobilidade espacial da população no contexto das UCs, particularmente pela necessidade de tornar a dinâmica populacional conhecida pelos gestores, permitindo a estes profissionais perceberem o papel das unidades na organização territorial e nas condições de vida daqueles que nelas vivem. As UCs são instrumentos relevantes de políticas públicas para conservação socioambiental com impacto no desenvolvimento social e econômico das populações tradicionais que as habitam.

O texto está estruturado em três em partes articuladas. A primeira, aborda a mobilidade articulada à distribuição espacial da população em áreas protegidas, demonstrando a importância da temática para o contexto das UCs na Amazônia, destacando a complexidade desses fenômenos e a necessidade de considerar uma variedade de aspectos e relações socioespaciais ao analisá-los. Na sequência, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, partindo de uma abordagem microescalar, considerando as características socioeconômicas e demográficas das comunidades rurais da RDS Amanã. A terceira parte está centrada na análise e interpretação dos dados, direcionada a tipificar e classificar os deslocamentos entre localidade rurais na RDS Amanã e os centros urbanos. Na conclusão, abordamos a importância de estudar os diferentes aspectos da dinâmica espacial das populações na Amazônia, destacando a complexidade desses fenômenos e a necessidade de considerar uma variedade de contextos e relações socioespaciais ao analisá-los.

Mobilidade espacial da população em áreas protegidas

As Unidades de Conservação (UCs), embora cumpram um importante papel na dinâmica populacional e ambiental da Amazônia, abrangem contextos espaciais pouco explorados nos estudos migratórios (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015; NASUTI et al., 2015). Quando abordamos a

migração em UCs os estudos são menos recorrentes e os aspectos explorados não oferecem uma base de dados que sirva de orientações para os gestores lidarem com essas dinâmicas (PEREIRA; ZANATTO; NASCIMENTO, 2021; SCHOLTE; GROOT, 2010).

Os estudos ainda tendem a focar a dimensão negativa da migração, não aprofundando os fenômenos sociais que justificam esses deslocamentos e as relações socioespaciais que os caracterizam. Tal pode-se associar à própria constituição do campo de estudos migratórios, no qual o caráter social da migração foi frequentemente expresso pela ideia de “fatores de expulsão” na área de origem e “fatores de atração” na área de destino, denotando a preocupação na busca por uma regularidade expressa nas correntes migratórias (PATARRA; CUNHA, 1987). De outra parte, vê-se que a relação entre população e ambiente exige muito mais do que o isolamento dos recursos em benefício das espécies ameaçadas (florestal e animal), já que as populações humanas residentes podem ser importantes para existência desses espaços.

As mudanças significativas nas dimensões de espaço e tempo, a velocidade dos deslocamentos e o aumento da circulação de pessoas, levam à necessidade de redefinição do entendimento das migrações (HAZEU, 2015). A mudança de residência não pode ser pensada em termos definitivos, e nem ser considerada como o fator determinante desses movimentos (DOMENACH, 2011). A pluralidade das relações ou dos diversos contextos para análise das migrações apresentam processos de mudanças nos quais os deslocamentos adquirem feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas para os indivíduos e grupos sociais que a compõem (SALIM, 1992).

Consequentemente, nossa reflexão se orienta para o conceito de mobilidade espacial da população por dois motivos principais: i) por ser mais abrangente do que o de migração, considerando deslocamentos recorrentes ou não, sem a mudança de endereço; ii) por melhor corresponder aos processos sociodemográficos relevantes para o entendimento das dinâmicas socioambientais na Amazônia.

No contexto amazônico, trabalhos como ELOY e LASMAR (2011) apontam que, para além dos reconhecidos movimentos migratórios caracterizados como êxodo rural, existe uma complexidade de arranjos espaciais não devidamente amparados pelo conceito de migração.

Alternativamente, ideias como a de “mobilidade” em associação a outras como “famílias multi-instaladas” (PADOCH et al., 2008; PINEDO-VASQUEZ, 2008) vão se constituindo para fundamentar as reflexões sobre as dinâmicas da população na Amazônia e, até mesmo, sobre os significados de rural e de urbano na floresta urbanizada. Os padrões de subsistência e as estratégias políticas das populações no rural da Amazônia são definidas pela mobilidade populacional, seja para ter acesso a recursos naturais e agrícolas seja para aumentar sua capacidade de acessar mercados e serviços urbanos (PADOCH et al., 2008; PEREIRA, 2017). A mobilidade expressa o contexto mais amplo da dinâmica espacial das populações com implicações para a compreensão da urbanização e da gestão de recursos nas áreas ribeirinhas da Amazônia (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015).

Nesse sentido se coloca o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã. No médio Solimões, as demandas de mercado para exploração dos recursos naturais, durante o século XX, foram determinantes no processo de ocupação espacial das comunidades rurais (ALENCAR; SOUSA, 2012). Naquelas inseridas na RDS Amanã, a mobilidade populacional é essencial: inicialmente os deslocamentos se associavam à exploração dos recursos extrativistas, como seringa, sova e a castanha; e posteriormente, levou à fixação de famílias em áreas de antigas colocações e ao surgimento de novos municípios (ALENCAR; SOUSA, 2019).

A mobilidade espacial na RDS Amanã abrange diversos movimentos marcados pela conjuntura socioeconômica nas suas localidades (PEREIRA et al., 2022; DE OLIVEIRA MARTINS et al., 2022). Alencar (2010), em seu estudo sobre mobilidade geográfica no médio Solimões, atribui a ocupação da RDS Amanã às relações familiares; ao contexto econômico e ambiental; à concentração fundiária e à própria criação da unidade de conservação. A variedade de movimentos e as relações socioespaciais predominantes, demonstram a complexidade em torno da dinâmica rural-urbana na RDS Amanã, além de corroborar com o que vem sendo verificado em outros contextos da dinâmica populacional na Amazônia, refletindo em dinâmicas que não são captadas pelo quadro mais normativo da migração, e que são mais bem compreendidas a partir dos arranjos espaciais da mobilidade populacional.

Metodologia

Área de estudo

A RDS Amanã é uma unidade de conservação de uso sustentável localizada na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. Abrange uma área de 2.350.000 hectares nos municípios de Barcelos, Coari, Codajás e Maraã (Figura 1). A população residente na unidade de conservação é de 5.458 habitantes (1.068 famílias), distribuídos em 133 localidades (comunidades) e cerca de 56 sítios. Trata-se de uma população tradicional cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, sendo a agricultura e o extrativismo as principais atividades econômicas (PEREIRA et al., 2022).

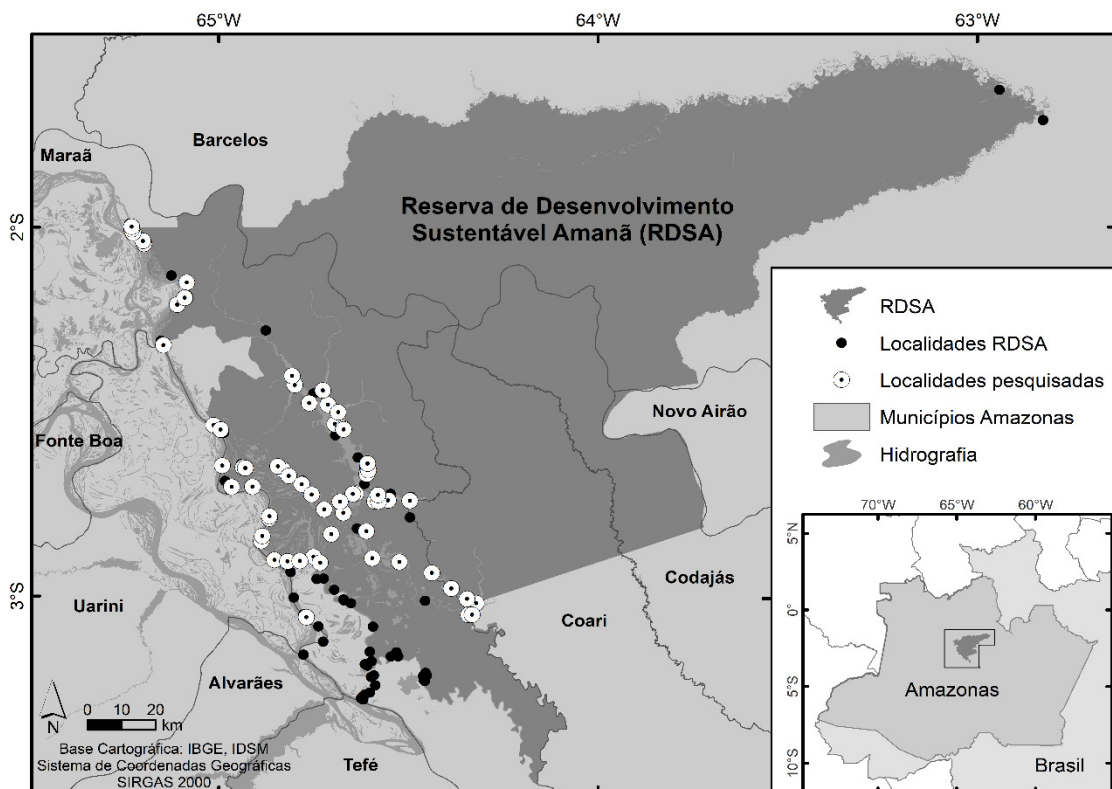


Figura 1: Localização da RDS Amanã por situação política administrativa municipal

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2019

Comunidades e Sítios diferem entre si conforme o número de domicílios, número de núcleos familiares e a organização social: os Sítios são compostos por um único núcleo familiar e com um número

reduzido de domicílios; as Comunidades são formadas por mais de um núcleo familiar, têm maior número de domicílios e apresentam forma de organização social que garante os interesses da coletividade (NASCIMENTO et al., 2019). Em maior ou menor grau, as comunidades no interior da RDS Amanã estabelecem relações regulares com centros urbanos de diferentes portes, geralmente situados ao longo do rio Solimões, tais como Uarini, Alvarães e Tefé. Destes, destaca-se a sede municipal de Tefé, com 73.669 habitantes (IBGE, 2022). Ali estão serviços bancários, atendimento de saúde, educação e uma série de elementos que atraem moradores da RDS Amanã. A distância média das comunidades mais próximas da sede municipal de Tefé é de 80 km e as mais distantes é de 180km, viagens feitas normalmente em pequenas embarcações com um tempo médio de 3 horas para as mais próximas e 20 horas para as mais distantes.

Procedimentos metodológicos

Partimos da perspectiva microescalar para análise empírica da mobilidade e da distribuição espacial da população. A análise está centrada em dados provenientes do Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico (SIMDE) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Neste estudo foram considerados, dados relativos a 127 comunidades e 4.968 domicílios incluídos no levantamento sociodemográfico realizado em 2018. Os dados são provenientes de três questionários: demográfico, socioeconômico e de localidade. Os questionários demográficos e socioeconômicos têm o domicílio como referência e foram direcionados aos chefes das unidades domésticas, os quais respondem por toda a sua família¹. O questionário de localidade tem por referência a comunidade, e foi direcionado às lideranças das comunidades.

Neste estudo, foram utilizados os dados referentes aos deslocamentos populacionais registrados no SIMDE. De cada instrumento selecionamos variáveis que permitem identificar os deslocamentos populacionais e a tipificar os diferentes arranjos espaciais associáveis com a mobilidade espacial da população:

¹ Empregamos o termo família em referência à composição dos membros da Unidade Doméstica, podendo ser formada por pessoa sozinha ou pelo conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência residentes em domicílios particulares (IBGE, 2010).

- **Demográfico:** Chegada de moradores no período de 2011-2017 (idade, sexo, de onde veio e motivo da chegada). Saída de moradores no período de 2011-2017 (idade, sexo, para onde foi e lugar de destino). Pessoas estudando na cidade (em qual cidade e onde mora quando vai para cidade).
- **Socioeconômico:** vai à cidade (frequência, para qual finalidade, onde se hospeda e tempo de permanência);
- **Localidade:** famílias que chegaram entre 2011-2017 (de onde vieram, motivo da chegada). Famílias que saíram entre 2011-2017 (para onde foram, motivos da saída, o que fizeram com a casa).

Consideramos o contexto geral da migração e da mobilidade, buscando identificar classes de deslocamentos conforme a natureza dos fluxos de entrada e saída e considerando os deslocamentos rural-urbano e urbano-rural. No segundo nível, os deslocamentos foram agrupados em quatro classes usando como critério o referencial teórico acerca do conceito de migração, distinguindo o que corresponde à definição de migração no censo demográfico brasileiro – “uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência” (IBGE, 2010, p.212) – em relação aos padrões de deslocamento que fogem à definição mais elementar, os quais se caracterizam como mobilidade populacional. Tal distinção basilar é a base para a tipologia de mobilidade espacial e arranjo espacial da população que propomos a partir do caso da RDS Amanã.

Dinâmicas populacionais observadas

No contexto da RDS Amanã a migração se define por deslocamentos de curta distância abrangendo municípios situados na região do médio rio Solimões², predominando a dinâmica em direção aos centros urbanos. Identificam-se migrações individuais (na escala do domicílio) e em família (na escala da localidade). Na escala do domicílio, as migrações individuais são realizadas pessoas que mantêm relação com o domicílio de origem, posto que o grupo doméstico permanece na comunidade. Na

² A região do médio rio Solimões é formada pelos municípios de Alvarães, Carauari, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, Tefé e Uarini (AYRES et al., 2005).

escala da localidade, há movimentos realizados em família, em que todo grupo doméstico deixa de residir na localidade e, dependendo do motivo que levou à migração, a relação com o lugar pode ser mantida ou não.

No intervalo considerado, o volume de migrantes totaliza 243 imigrantes e 148 emigrantes, com saldo migratório³ negativo de 95 pessoas, ou seja: mais pessoas saíram do que chegaram na RDS. Predominam os deslocamentos entre municípios do estado do Amazonas, representado por 79% (n=170) das migrações de saída e 52% (n=77) das migrações de entrada (Figura 2). O município de Tefé se destaca como destino de 66% (n=116) dos migrantes. Tefé exerce importância na rede urbana regional por favorecer o acesso a bens e serviços (concentra os principais serviços, como mercados, bancos, hospitais e universidades), e por sua relevância política e empresarial do médio rio Solimões (IBGE, 2022).

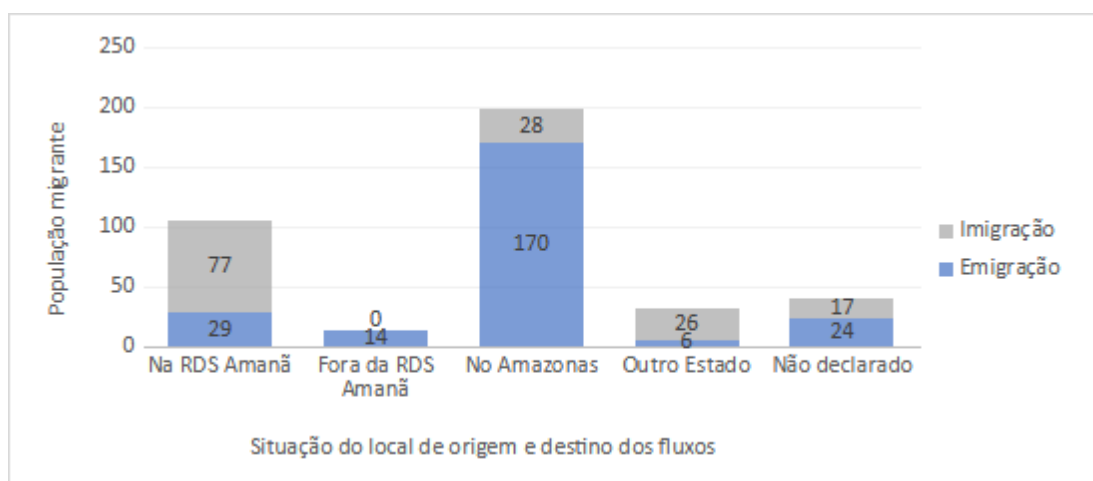


Figura 2: Distribuição das migrações individuais por lugar de origem e destino

Fonte: Dados demográficos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

Na escala das famílias, as dinâmicas migratórias evidenciam aspectos semelhantes aos deslocamentos individuais, uma vez que apresentam um baixo volume de migração, predominando as migrações de saída. No período, foram identificadas 64 famílias emigrantes e 31 famílias imigrantes (Figura 3). Muitas dessas famílias ainda mantêm o vínculo com a localidade de origem, para onde retornam periodicamente principalmente para as atividades de pesca.

³ O saldo migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração (imigrantes e emigrantes) em um determinado país ou região, e em um período específico (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

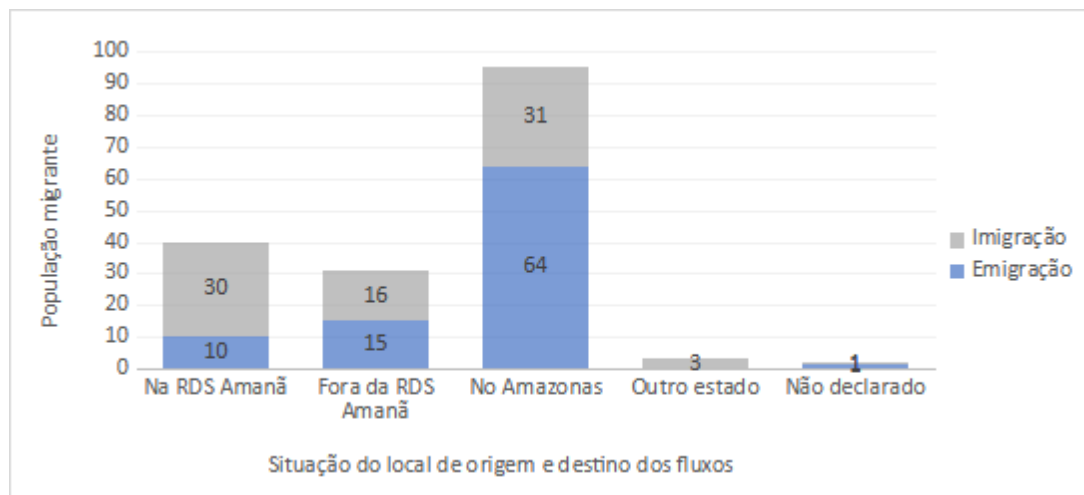


Figura 3: Distribuição das migrações em família por lugar de origem e destino

Fonte: Dados Localidade, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

Apesar da migração de famílias inteiras ou de indivíduos, a maior parte da população tem permanecido em suas localidades e estabelecido uma forte conexão com os centros urbanos mantida via relações de sociabilidade e de parentesco com os que se deslocam. A circularidade e transitoriedade dessas dinâmicas são influenciadas pela manutenção de domicílios multilocalizados. Pessoas com casa na cidade e na comunidade mantêm estratégias socioeconômicas complementares que implicam na diversificação dos movimentos entre o rural-urbano (NASUTI et al., 2019).

Mobilidade espacial e arranjos espaciais

Classificando os diferentes casos empiricamente verificados, propomos um quadro conceitual dos arranjos espaciais, constituindo novas categorias para a reflexão sobre a mobilidade espacial da população na RDS Amanã (Quadro 1): movimentos: 1) permanentes; 2) semipermanentes; 3) sazonais e 4) multilocais (domicílios multilocalizados).



Quadro 1: Arranjos espaciais da população residente na RDS Amanã

Fonte: Elaborado pelos autores

Arranjos permanentes

Os deslocamentos permanentes de indivíduos e de famílias implicam em mudança definitiva de endereço, correspondendo ao que se define como migração. O perfil dos migrantes é composto por um número significativo de jovens na faixa de idade entre 15 e 19 anos, sendo a maioria mulheres. Esse perfil é observado tanto nas migrações de entrada (Imigrações) quanto nas migrações de saída (Emigrações) da RDS Amanã (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição da população por sexo e grupos de idade dos migrantes da RDS Amanã

Grupos de idade (anos)	Imigração			Emigração		
	Sexo			Sexo		
	Mulher	Homem	Total Imigração	Mulher	Homem	Total Emigração
0-4	1	6	7	2	1	3
5-9	3	-	3	4	2	6
10-14	7	5	12	16	7	23
15-19	6	5	11	32	24	56
20-24	6	9	15	18	10	28
25-29	1	4	5	7	7	14
30-34	2	3	5	5	4	9

35-39	-	2	2	1	1	2
40-44	-	3	3	1	1	2
45-49	1	2	3	2	1	3
50 ou mais	2	-	2	5	3	8
Não declarado	5	4	9	9	13	22
Total	34	43	77	102	74	176

Fonte: Dados demográficos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

Dentre os motivos relacionados à emigração, acesso à educação se destaca (Tabela 2). A oferta de ensino não cobre todas as demandas escolares, influenciando na saída da população jovem em idade escolar das localidades da RDS Amanã (Pereira et al., 2022) e à precariedade do transporte para a escola. Os motivos para a imigração ocorrem por fatores matrimoniais seguido pelos de acompanhamento familiar. A população se muda para a RDS Amanã por meio das relações de parentesco e afinidade com os moradores - 73% dos casos (n= 58). As famílias que chegaram para morar na reserva já tinham parentes morando na comunidade antes de se estabelecerem no lugar.

Tabela 2: Distribuição dos fatores que justificam as migrações na RDS Amanã

Motivos	Emigração	Imigração
Matrimônio	30	21
Fatores Educacionais	83	5
Questões de família	11	15
Trabalho	20	11
Acompanhar a família	-	17
Questões de saúde	8	-
Fatores ambientais/seca ou cheia	6	1
Outros motivos	11	-
Não declarado	7	7
Total	176	77

Fonte: Dados demográficos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

A maior parte das famílias que saíram da RDS Amanã, 30% (n= 19), manteve a casa na comunidade, e parte significativa vendeu a casa (28%) – Figura 4. As famílias mantêm a casa na comunidade como uma

garantia do uso da terra, condição assegurada às populações tradicionais a partir da criação de unidades de conservação (NASUTI et al., 2019). Manter a casa na comunidade garante a ligação desta família com a comunidade.

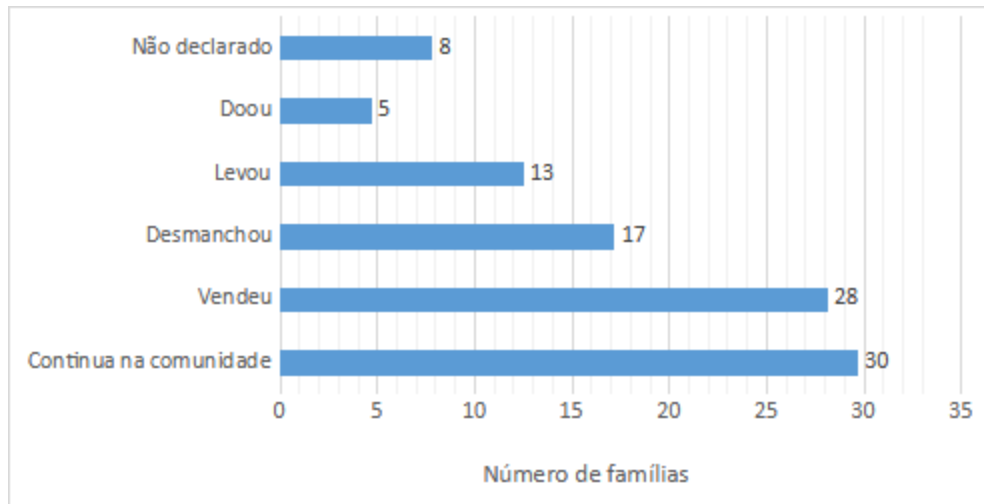


Figura 4: Situação da casa das famílias que emigraram, RDS Amanã (N=64)

Fonte: Dados localidade, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

Ambos os contextos de migração, em família e individual, permitem pensar os deslocamentos populacionais como parte do ciclo vital dos domicílios migrantes (CUNHA, 2012), posto que os processos migratórios ocorrem como parte das estratégias do grupo familiar, no âmbito da unidade doméstica.

Arranjos Semipermanentes

Os deslocamentos semipermanentes não implicam em uma mudança definitiva de residência; são movimentos com tempo determinado em que a pessoa se ausenta da localidade por um período, por exemplo, para estudar na cidade, mas mantêm o vínculo com a localidade e a dependência com o grupo doméstico situado no rural. São movimentos realizados por um pequeno volume de população, representando apenas 4% (n=183) da população da RDS Amanã, incluindo crianças, jovens e adultos. Muitos jovens, durante o período escolar, residem no centro urbano hospedados na casa dos familiares e retornam para as suas localidades no período das férias escolares.

O principal destino desses estudantes é o município de Tefé, sendo a opção de 75% (n=140) dos estudantes por ser o centro urbano mais próximo e com maior leque de oportunidades educacionais, especialmente pela ampliação dos serviços da rede pública e privada de ensino observada nos últimos anos, incluindo o acesso à universidade. O principal local de moradia desses estudantes é “na casa de parentes” (Figura 4). No entanto, as alternativas “manter uma casa na cidade” e “ficar na casa de amigos” reforçam a importância das relações de parentesco na tomada de decisões do grupo doméstico e sobre como as relações de sociabilidade são importantes nessas dinâmicas, evidenciando a importância de uma rede de articulação entre o rural e urbano.

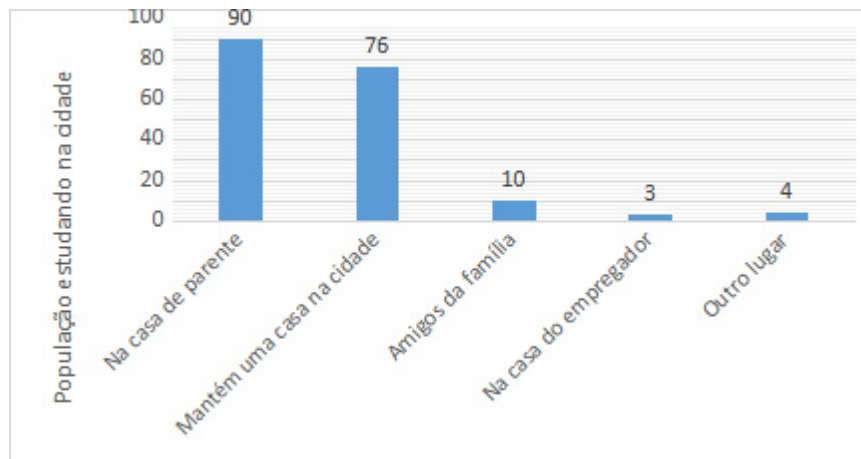


Figura 4: Distribuição dos locais de moradia das pessoas que estavam estudando na cidade em 2018

Fonte: Dados demográficos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

As dinâmicas semipermanentes se confundem com as dinâmicas sazonais, por também serem atribuídas a movimentos temporários. O que difere uma da outra são os motivos individuais que justificam tais dinâmicas, desassociados dos processos produtivos e temporais e muito mais relacionados a infraestrutura social nas localidades, como por exemplo: parte da população estudante mora na comunidade e se desloca de forma recorrente para estudar na cidade ou em outra localidade. Nesse grupo estão jovens que não dispõem de escola em suas localidades: 11% da população realiza trajetos periódicos para frequentar escolas em outras localidades.

Arranjos Sazonais

Os deslocamentos sazonais estão relacionados aos processos produtivos, sazonalidade ambiental e a busca por serviços urbanos. Estes refletem os modos como moradores interagem com o ambiente, e as estratégias adotadas para lidar com as variações ambientais, sendo parte da reprodução social e cultural das populações que vivem na Amazônia.

O ir e vir entre a localidade e a cidade é parte dessa dinâmica, cerca de 90% das famílias mantêm uma dinâmica regular entre a localidade e o centro urbano próximo, com uma frequência mensal (Tabela 3). O meio de transporte mais comum nesses trajetos são as canoas com motor rabeta. O motor rabeta é o item de maior presença nas comunidades (118%), representando mais de um equipamento por domicílio (AMAZONAS, 2020 p.147).

Tabela 3: Frequência dos deslocamentos para os centros urbanos

Idas à cidade	%	Frequência Abs.
Todo mês	69	251
Mais de uma vez ao mês	20	72
Mais de uma vez ao ano	8	31
Uma vez ao ano	1	3
Toda semana	1	2
Não declarado	2	6
Total de famílias entrevistadas	100	365

Fonte: Dados socioeconômicos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

Das razões que justificam as idas à cidade, fazer compras foi o motivo de 88% (n= 323) das famílias entrevistadas, seguido de ir ao banco (n=224) e ir vender produção (n=199) (Figura 6). São movimentos que demonstram a relação de dependência dessas populações com os centros urbanos, decorrente de serviços e produtos não disponíveis nas localidades, como: acesso a mercados, hospitais e bancos - é nos centros urbanos, por exemplo, que as famílias recebem sua aposentadoria e outros benefícios sociais.

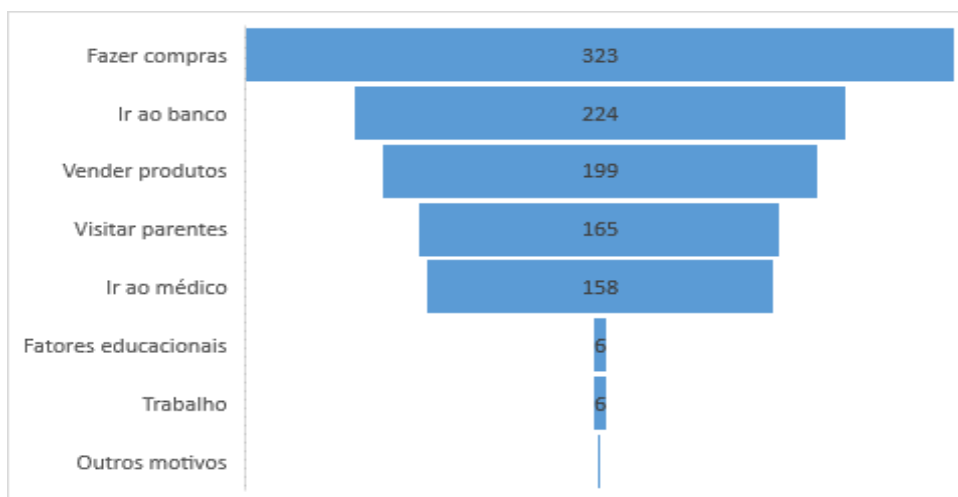


Figura 6: Distribuição dos fatores que justificam os deslocamentos sazonais

Fonte: Dados socioeconômicos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

Muitos moradores comercializam seus produtos na própria localidade, negociando a venda com o patrão em troca de produtos da cesta básica, eletrodomésticos ou ferramentas de trabalho. Essa prática é muito comum na Amazônia (MCGRATH, 1999), mas muitas famílias optam pela compra e venda de produtos nas cidades por oferecerem produtos mais baratos do que os vendidos pelos comerciantes itinerantes (regatões) nas comunidades, e também por dispor de feiras e mercados para comercialização dos produtos. Das famílias que negociaram com o “patrão”, a grande maioria vendeu sua produção na própria localidade, porém identificamos que muitas famílias não estabeleceram uma relação de comércio com o “patrão” naquele ano e acessaram outros mercados para a comercialização de suas produções (Tabela 5).

Tabela 5: Tipo de comercialização e locais de comércio da produção

Tipo de venda	Local em que vendeu a produção					Total
	Alvarães	Mais de um local	Maraã	Na comunidade	Tefé	
Não vendeu produção	-	-	-	-	-	112
Negociou com “patrão”	-	-	-	42	-	42
Negociou com “patrão” e Vendeu em outros mercados	5	2	3	22	33	65
Vendeu em outros mercados	15	4	4	22	101	146
Total	20	6	7	86	134	365

Fonte: Dados socioeconômicos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

A venda da produção ocorre com mais regularidade para os municípios de Tefé e Alvarães. O município de Tefé desempenha um papel importante no comércio agrícola e pesqueiro da região, principalmente no que se refere à pesca, sendo considerado um dos principais centros de escoamento da produção pesqueira do estado do Amazonas (FERRAZ; LIMA; AMARAL, 2012).

No que se refere à interação destes moradores com o ambiente, o arranjo sazonal se associa às estratégias adotadas conforme o calendário de atividades realizadas anualmente. Estas atividades são planejadas ao longo do ano conforme o tipo de ambiente onde são realizadas e os recursos explorados: se na várzea ou terra firme; se irão pescar ou plantar (ALENCAR; SOUSA; GONÇALVES, 2014).

No tempo da pesca, os moradores se deslocam para as áreas estabelecidas permanecendo nestes lugares até o final da atividade. Esse calendário é definido com base na legislação que versa sobre os períodos de reprodução das espécies e dos acordos de pesca relacionados à área de manejo de espécies. Na RDS Amanã, 83% (n=105) das localidades realizam atividade de manejo de pesca, composta por uma população que tem como está a principal atividade produtiva, o que implica em uma dinâmica interna entre as localidades e as zonas de exploração destes recursos seja para a subsistência seja para o comércio.

Arranjos Domicílios multilocalizados

No contexto das famílias entrevistadas existe uma relação de troca entre domicílios, definida como domicílios multilocalizados, estabelecida pela dupla residência. Muitas famílias possuem dupla residência, mantendo uma casa na localidade e outra na cidade como uma alternativa de suporte e ajuda mútua entre os domicílios.

O número de domicílios multilocalizados somam apenas 10% (Tabela 6), mas esse valor associado ao número de pessoas que se hospedam na casa de parentes e amigos expressa aproximadamente 70% das famílias, demonstrando haver uma forte relação de sociabilidade entre os moradores nos distintos arranjos já mencionados.

Tabela 6: Locais de hospedagem dos moradores que se deslocam para os centros urbanos

Local de hospedagem na cidade	Freq. Absoluta	%
Na casa de parentes	137	38
Canoa	47	13
Tem casa na cidade	38	10
Batelão	28	8
Na casa de amigos	5	1
Flutuante de apoio da prefeitura	4	1
Barco recreio	2	1
Barco da comunidade	1	0
Flutuante da comunidade	1	0
Pousada	1	0
Mais de um local*	20	5
Outros	11	3
Não declarado	70	19
Total Geral	365	100

Fonte: Dados socioeconômicos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018.

*Canoa/Na casa de parentes (11); flutuante de apoio da prefeitura/Na casa de parentes (1); Barco da comunidade/Na casa de parentes (1); Batelão/Canoa (2); na casa de parentes/Outro lugar (3); na casa de amigos/Outro lugar (1); Canoa/Na casa de amigos (1)

A cidade para essas famílias é um lugar de passagem; o tempo de permanência chega a ser de uma semana para 69% das famílias (Tabela 7). Os motivos que justificam esses deslocamentos se associam a objetivos que não levam muitos dias para serem realizados (ir ao banco ou fazer compras, por exemplo), diferentemente dos outros tipos de arranjo associados ao trabalho e ao acesso à educação, por exemplo – atividades em que o tempo de permanência tende a ser um pouco mais longo.

Tabela 7: Tempo de permanência dos moradores nas viagens para os centros urbanos

Tempo de permanência na cidade	Frequência Abs.	%
Um dia	44	12
Menos de uma semana	57	16
Uma semana	252	69
Um mês	1	0

Incerto	4	1
Não declarado	7	2
Total	365	100

Fonte: Dados socioeconômicos, SIMDE: Instituto Mamirauá, 2018

O contexto de Multilocalidade tem se tornado um padrão de assentamento na Amazônia (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015) e se configura como o principal aspecto da dinâmica das populações no rural da Amazônia (PINEDO-VASQUEZ et. al., 2008; NASUTI et al., 2015). Para os moradores da RDS Amanã, é uma alternativa para o acesso a bens e serviços disponíveis nos centros urbanos, como também uma oportunidade para conseguir empregos e outras modalidades de ensino, especialmente para os jovens. Contexto que desperta atenção no que se refere ao impacto dessas dinâmicas para a gestão dos recursos naturais, mas que também oferece uma alternativa para a melhoria das condições de vida de quem vive nestes lugares.

No que se refere à gestão de recursos, a multilocalidade, que envolve a circularidade entre o rural e o urbano, pode desencadear uma série de conflitos para as populações. Segundo ELOY, BRONDIZIO e PATEO (2015), trata-se de movimentos que podem desencadear mudanças na forma como os recursos naturais são geridos, como a intensificação das formas de produção, gerando pressão sobre os recursos, e assim gerar conflitos entre os moradores; ou comprometer a segurança alimentar e a saúde da população. Quanto à melhoria das condições de vida, a multilocalidade oferece oportunidades nos centros urbanos, como trabalho, permitindo às famílias combinarem estratégias de produção e renda em diferentes escalas.

Considerações finais

No contexto da RDS Amanã foram identificados quatro tipos de situações envolvendo a mobilidade espacial dos membros de um domicílio. Os arranjos espaciais implicam em movimentos permanentes, semipermanentes, sazonais e na multilocalidade domiciliar (incluindo aqui formas como a dupla residência). A composição de tais arranjos é importante para o entendimento das relações rurais-urbanas que estabelecem sentidos de continuidade e complementaridade entre os lugares de origem e destino.

O estudo de caso aproxima as reflexões sobre populações em áreas protegidas ao debate mais geral sobre redistribuição da população e urbanização da Amazônia. Os arranjos verificados podem ser associados ao contexto socioeconômico e ambiental dos moradores da RDS Amanã, corroborando com os estudos sobre a mobilidade populacional em toda a região. Os resultados reforçam a importância de se expandir do estudo da migração para o da mobilidade no contexto das unidades de conservação – o qual deve ser lido no quadro da dinâmica urbana regional. A análise deve incorporar a circulação de pessoas em suas múltiplas dimensões. A mobilidade espacial é essencial estratégia de diversificação econômica das famílias, no acesso a bens e serviços dentro e fora das unidades de conservação, e relevante para a gestão dos recursos naturais em territórios protegidos.

Os deslocamentos envolvem distintos arranjos familiares e espaços de vida complexos que atravessam a área protegida e articulam o rural ao urbano. Conhecer como ocorrem e o que os motivam ajuda a avaliar a efetividade e as fragilidades das políticas para a criação de unidades de conservação de uso sustentável, podendo contribuir positivamente para a gestão nessas áreas. Como as dinâmicas a que se associam têm dimensões e efeitos ainda pouco considerados nos estudos populacionais em Unidade de Conservação, uma promissora agenda de estudos sobre a mobilidade se constitui a partir do referencial dos Estudos de População tais como: questões sobre a estrutura etária e a composição da população por sexo; avaliações de efeitos sobre morbimortalidade, tendo em vista acesso a serviços dentro e fora das unidades de conservação; consequências sobre trabalho e condições de vida, tendo em vista o melhor acesso às instituições de ensino; possíveis impactos sobre os recursos naturais.

Ampliar o foco do estudo da migração para o da mobilidade no contexto das UCs, considerando a dinâmica urbana regional, é também relevante para subsidiar tomadores de decisões, tanto em instituições governamentais quanto nas não-governamentais. Afinal, se os olhares externos, dos gestores, não forem capazes de perceber a diversidade de motivações e arranjos espaciais familiares-domiciliares concernentes à mobilidade da população (e não somente à migração), medidas visando garantir condições locais de permanência das populações em

áreas protegidas tenderão a ser incompletas. Isso implica incorporar a circulação de pessoas em suas múltiplas dimensões, reconhecendo a mobilidade espacial como uma estratégia de conexão entre o rural e o urbano, essencial para a diversificação econômica das famílias, o acesso a bens e serviços dentro e fora das unidades de conservação, e a gestão dos recursos naturais em territórios protegidos. Incorporar estes aspectos pode contribuir, por exemplo, para a elaboração de propostas de políticas de apoio à permanência destas populações em áreas rurais, ou de programas de incentivo à mobilidade sazonal, com iniciativas de desenvolvimento econômico adaptadas a cada contexto.

Referências

- ALENCAR, Edna. Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã-AM. *Scientific Magazine UAKARI*, v.6, n.1, p.39-58, 2010. <<https://mamiraua.org.br/documentos/bccf4198c9dbed2af06118a47e244e84.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2022.
- ALENCAR, Edna.; SOUSA, Isabel S. Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, AM. *Projeto de Pesquisa (Relatório técnico)*. Tefé (AM). 2012.
- ALENCAR, Edna; SOUSA, Isabel S. Histórico de ocupação humana a partir do século XX. In: NASCIMENTO, A. C. S. do. *et al. Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas*. Tefé: IDSM, 2019. p.172 – 183.
- ALVES, J. D. G. ;Cortes, J; D'Antona AO . Expansão da COVID-19 em Unidades de Conservação na Amazônia - implicações para a mobilidade espacial da população no Mosaico do Baixo Rio Negro. *Terra Livre*, v. 59, p. 246-285, 2023. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2933>>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- AMAZONAS. *Plano de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã*. SEMA, 2020. Disponível em: <<https://meioambiente.am.gov.br/>>. Acesso em: 07 jan.de 2023.
- AYRES, José Márcio et al. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BAMFORD, Andrew; FERROL-SCHULTE, Daniella; WATHAN, Jennifer. Human, and wildlife usage of a protected area buffer zone in an area of high immigration. *Oryx* [online], v.48, n.4, p.504- 513, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0030605313000215>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v.19, n.53, p.71-86, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

BUENO, Maria do Carmo.; DAGNINO, Ricardo D. S. População em Unidade de Conservação na Amazônia: estimativas a partir da contagem populacional de 2007. In: D'ANTONA, Álvaro D. O. e CARMO, Roberto L. D. (Ed.). *Dinâmica demográfica e ambiente*. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), 2011. p.240.

CAMPOS, Marina T.; NEPSTAD, Daniel C. Smallholders, the Amazon's new conservationists. *Conservation Biology* [online], v.20, n.5, p.1553-1556, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00546.x>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

CARVALHO, José Alberto. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília: ABEP, v.15, n.2, p.7-17, 1998. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/402>>. Acesso em: 21 nov.2022.

CUNHA, José M. P.da. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, J. M. P.da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de Estudo de População-NEPO/UNICAMP, 2011, p.7-15.

CUNHA, José M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XX, n 39, p.29-50, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/QpD98phFrQNdyXN7TzpqTcP/>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

D'ANTONA, Álvaro O.; BUENO, Maria do Carmo; DAGNINO, Ricardo. D. S. Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira: Uma aplicação de grades regulares a partir da contagem 2007. *Revista Brasileira de Estudos de população*, v.30, n.2, p.401-428, 2013. Disponível em: <<https://rebeb.org.br/revista/article/view/367>>. Acesso em: 10 nov.2016.

D'ANTONA, Álvaro O. Conservação ambiental, mobilidade espacial e condições de vida de populações tradicionais em áreas protegidas: por modelos de acesso à saúde adequados ao quadro amazônico. *Cadernos de Saude Publica*, v. 39, p. 1-6, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT025223>>. Acesso em: 10 dez.2023.

DE OLIVEIRA MARTINS, Maria Isabel Figueiredo Pereira et al. Comings and goings: the mobility of rural populations in protected areas in the middle Solimões, in the Brazilian Amazon, between 2006 and 2010. *RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v.55, p.39-57, nov.2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/79553>>. Acesso em: 26 set. 2023.

DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos. In: CUNHA, José Marcos. P.da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de Estudo de População-NEPO/UNICAMP, 2011, p.33-44.

DOMENACH, Hervé; PICOUET, Michel R. El carácter de reversibilidad en el estudio de la Migración. *Notas de Población*, n.49, p.49-69 1990. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/12922>>. Acesso em: 21 set. 2022.

ELOY, Ludivine., BRONDIZIO, Eduardo.S.; PATEO, Rogerio. do. New Perspectives on Mobility, Urbanisation and Resource Management in Riverine Amazônia. *Bulletin of Latin American Research*, v.34, n.1, p.3-18, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/blar.12267>>. Acesso em: 21 set. 2022.

ELOY, Ludivine.; LASMAR, Cristiane. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). *Acta amazônica* [online], v.41, n.1, p.091-102, 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0044-59672011000100011>>. Acesso em: 21 set. 2022.

FERRAZ, Poliana.; LIMA, Daíza.; AMARAL, Ellen. *Estatística do monitoramento de Desembarque Pesqueiro na região de Tefé - médio rio Solimões: os primeiros 16 anos (1992-2007)*. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. 2012.

GALINDO, Ana María Chávez; DA CUNHA, José Marcos Pinto. Urban Migrations in the Cities of Latin America and the Caribbean. In: *The Routledge Handbook of Urban Studies in Latin America and the Caribbean*. Routledge, 2022. p.116-142.

HAZEU, Marcel T. *O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do Censo Demográfico 2010: glossário*. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf. Acesso em: 02 jan.2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Portal Cidades*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/panorama>. Acesso em 25 de mai.2024.

MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA*, v.2, n.2, p.57-72, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.109> . Acesso em: 15 jan.2017.

MCWHINNEY, Emily; MARTIN, Angela. S. Human Population Dynamics in Protected Areas Innovations in Conservation Series. In: BRANDON, Katrina; REDFORD, Kent H.; ARLINGTON, Steven E. Sanderson (Org.). *Parks in Peril*. VA, USA: The Nature Conservancy, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto. L. O. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *REVISTA Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, p.9-18, 2006. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/58>. Acesso em: 14 nov.2021.

NASCIMENTO, Ana Claudeíse et al. Dinâmicas Sociodemográficas. In: NASCIMENTO, Ans Claudeíse S. do. et al. *Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas*. Tefé: IDSM, 2019. p.186 – 213.

NASUTI, Stephanie et al. Can Rural-Urban Household Mobility Indicate Differences. In: Resource Management within Amazonian Communities? *Bulletin of Latin American Research*, v.34, n.1, p.35-52, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/blar.12147>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NASUTI, Stephanie.; TRITSCH, Isabelle; BEAUFORT, Bastien; NEGRÃO, Marcelo Pires. Dinâmicas e dimensões contemporânea mobilidades rural-urbanas na Amazônia brasileira: uma comparação intersítios. In: TOURNEAU F. L., CANTO, O. do. *Amazônias brasileiras: situações locais e evoluções*. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p.131-150.

PADOCH, Christine et al. Urban Forest and Rural Cities: Multi-Sited Households, Consumption Patterns, and Forest Resources in Amazonia. *Ecology and Society*, v.13, n.2, 35-52, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26267988>>. Acesso em: 26 jan.2021.

PATARRA; Neide. CUNHA, José Marcos P. Migração: um tema complexo. *Condições de Vida*, v.1, n.2, p.32-35, 1987. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2021>>. Acesso em: 26 jan.2021.

PEREIRA, Heloísa C. *Distribuição e mobilidade espacial da população em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia brasileira: o caso da reserva extrativista Auati-Paraná*. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

PEREIRA, Heloisa C. et al. Migração rural-urbana por demanda educacional no Médio Solimões, Amazonas. *Revista Brasileira de Educação*, v.27, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270029>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PEREIRA, Heloísa C.; ZANATTO, Vinicius G.; NASCIMENTO, Ana Claudeíse. Desafios teórico-metodológicos nos estudos de população em áreas protegidas na Amazônia. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v.14, n.2, p.219-232, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> . Acesso em: 24 dez. 2022.

PINEDO-VASQUEZ, Miguel. Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.11, n.2. p.43-55, 2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.271>>. Acesso em: 10 jan.2022.

RIGOTTI, José Irineu; TURRA, Cassio M; HADAD, Renato; FERNANDES, Fernando. *A dinâmica demográfica da Amazônia Legal: Migrações na Amazônia Legal*. Relatório Amazônia 2030, abril 2022. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/04/AMZ-37-1.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

SALIM, Celso. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais eletrônicos* Campinas: Abep.3, p.119-144, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609>>. Acesso em: 22 jun.2021.

SCHOLTE, Paul.; GROOT, Wouter T. DE. From Debate to Insight: Three Models of Immigration to Protected Areas. *Conservation Biology*, v.24, n.2, p.630-632, 2010. Disponível em: <[doi:10.1111/j.1523-1739.2009.01314.x](https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2009.01314.x)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SHEIL, Douglas; BOISSIÈRE, Manuel. Local people may be the best allies in conservation. *Nature Publishing Group*, v.440, n.7086, p.868-868, 2006.

WINKLERPRINS, Antoinette. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. *Ecosistemas Urbanos*, v.6, p.43-65, 2002. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1025914629492>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

WUNSCH, Guillaume; TERMOTE, Marc. *Introduction to Demographic Analysis: principles and methods*. New York and London: Plenum Press, 1978.

ALVES, José D. G.; D'ANTONA, Álvaro D. O. Distribuição espacial da população e dados demográficos: uma análise comparativa. *Revista Espinhaço*, 9 (2): 71-84, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.4432900>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

Agradecimentos

Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas. Processo nº 2020/08242-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 01.02.016301.00266/2021, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Heloísa Corrêa Pereira

Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas e graduada em Turismo pelo Instituto Esperança de Ensino Superior. Atualmente é pesquisadora titular no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Organização Social ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e membro do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia.

Estrada Bexiga 2584, Cep: 69553-225, Tefé, Amazonas.

E-mail: heloisa.pereira@mamiraua.org.br

Orcid: 0000-0002-2088-518X

Álvaro de Oliveira D'Antona

Doutor em Ciências Sociais (Estudos de População), mestre em Antropologia, bacharel em Ciências Econômicas. Livre-docente da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-Unicamp), credenciado no Programa de Pós-graduação de Demografia (IFCH/Unicamp) e no mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (FCA/Unicamp). Pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos de População (NEPO-Unicamp).

R. Pedro Zaccaria, 1300, Limeira-SP - CEP 13484-350.

E-mail: adantona@unicamp.br

Orcid: 0000-0003-1710-6277

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Faculdade de Saúde Coletiva – FASC. Cidade Universitária – UNIFESSPA – Unidade III. Avenida dos Ipês, s/n – Cidade Jardim - CEP: 68500-000 - Marabá – Pará.
E-mail: anaclaudeise@unifesspa.edu.br
Orcid: 0000-0002-3068-1324

Recebido para publicação em janeiro de 2024.

Aprovado para publicação em julho de 2024.